



## **A OCDE e o Brasil: uma parceria para o nosso desenvolvimento**

26/03/2018 - Em [Artigos](#)

**Blog da Reitoria nº 336, de 26 de março de 2018**

Por Prof. Paulo Cardim

**“Ensinar exige rigorosidade metódica” (Paulo Freire)  
“Avaliar também” (Paulo Cardim)**

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou, no último dia 19, em Buenos Aires, o Relatório Going for Growth (A Caminho do Crescimento). A OCDE é uma organização internacional integrada por 35 países que adotam os princípios da democracia representativa e da economia de mercado.

Nesse documento, a OCDE recomenda que o Brasil desenvolva políticas de maior empenho em educação e infraestrutura e menor distorção fiscal e protecionismo. No relatório, a instituição afirma que “uma força de trabalho mais educada, uma melhor infraestrutura e menos distorções fiscais são chaves para suportar melhorias de produtividade”. O documento ainda recomenda que o nosso país reduza as barreiras comerciais, “a fim de aumentar a exposição à concorrência internacional e fortalecer incentivos para melhorias de produtividade”.

A parceria entre o Brasil e a OCDE teve começo em 1996, por iniciativa do então presidente Fernando Henrique Cardoso, e vem sendo aprofundada ao longo desses últimos vinte e poucos anos.

O Brasil é considerado, pela OCDE, um parceiro chave. Sem ser membro dessa organização, o nosso país foi designado para a Vice-presidência do Programa da OCDE para Avaliação Internacional de Estudantes, o Pisa. Como decorrência desse encargo, o Brasil sediou, em outubro de 2016, a 42ª reunião do Conselho de Administração do Pisa.

A OCDE convidou e o Brasil aceitou participar do próximo ciclo da Pesquisa Internacional da OCDE sobre Ensino e Aprendizagem (Talis), além de integrar o Conselho de Administração desse programa.

No ano passado, o Ministério da Educação aprofundou essa parceria, firmando acordo para que uma equipe de técnicos da OCDE, altamente qualificada, promova uma revisão de Garantia da Qualidade do Sistema de Ensino Superior do Brasil, objeto de análise na Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), da qual sou presidente. A Conaes integra o Gabinete do Ministro e é o órgão colegiado do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o Sinaes. A avaliação do Sinaes, seus instrumentos e procedimentos pela OCDE será de grande valia para que o próximo governo tenha informações e dados para possíveis alterações no processo em curso, que adotou, recentemente, novos indicadores e critérios de avaliação de instituições de ensino superior (IES) e de cursos de graduação.

A participação em diversas atividades da OCDE sobre educação dá ao Brasil o acesso a redes internacionais, onde políticas e práticas bem-sucedidas são compartilhadas de forma a melhorar os resultados dessas políticas, ao tempo em que assegura que as necessidades do mercado e da sociedade sejam atendidas.

O Brasil e a OCDE trabalham juntos em vários projetos relacionados à educação, destacando-se o Pisa, desde 2000. Trata-se de uma pesquisa trienal destinada a avaliar os sistemas educacionais em todo o mundo, testando as habilidades e conhecimentos de estudantes na faixa dos quinze anos. Em 2015, mais de meio milhão de estudantes, representando 28 milhões de jovens de 75 países, participaram do Pisa. O Brasil ficou na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e na 66ª colocação em matemática. O fraco desempenho do Brasil reflete a oferta aos jovens de uma educação básica pública muito abaixo da qualidade indispensável ao desenvolvimento pessoal e profissional, com reflexos negativos no desenvolvimento do País. Esse fraco desempenho no Pisa-2015 e nas avaliações anteriores, realçam a valiosa contribuição da OCDE para que os governos de nosso país tenham maior empenho em educação para formar “uma força de trabalho mais educada”, em condições de atuar com mais competência em todos os setores de nossa economia.

A professora Maria Helena Guimarães Castro, secretária-executiva do Ministério da Educação, reconhece a validade do Pisa e da parceria com a OCDE ao afirmar, categoricamente, que “os resultados do Pisa são de grande importância para ajudar a conduzir reformas de inclusão e melhoria da qualidade do ensino, definir políticas de mais equidade e valorização dos professores”.

Todos esperamos que essa parceria OCDE-Brasil, na área da educação – básica e superior –, dê frutos consistentes e que essas avaliações sejam assimiladas pelos sucessivos governos, a partir das eleições gerais deste ano. A revolução de que necessita a educação básica pública não pode ser um projeto de curto prazo. Será de longo prazo, a ser implementado para as próximas gerações, com o objetivo de formar crianças, jovens e adultos para o exercício da cidadania e das profissões,

com o contínuo desenvolvimento de competências e habilidades contemporâneas aos novos tempos, às mudanças tecnológicas e na educação para toda a vida.

**“É mais fácil governar um povo culto, cioso de suas prerrogativas e direitos, que tem nítida a compreensão de seus deveres, que um povo ignaro, indócil, sem iniciativa e inimigo do progresso”.**

**“O papel da instrução é preparar e formar homens capazes e úteis à sociedade; o papel do governo é fornecer meios fáceis de se adquirir a instrução, disseminando escolas e patrocinando iniciativas boas confiadas à competência e ao amor de quem promove tão nobilitante tarefa”.**

**Prof. Carlos Alberto Gomes Cardim  
Diretor da Escola Normal Caetano de Campos  
Educador e Inspetor de Alunos, 1909  
Irmão do fundador do  
Centro Universitário Belas Artes de São Paulo  
Pedro Augusto Gomes Cardim.**